

“COISA DE POBRE”: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA 2001-2008

Faní Quitéria Nascimento Rehem

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS - Brasil

fanirehem@gmail.com

RESUMO: Este artigo, resultado de meus estudos de doutorado, problematiza a política de educação infantil no município de Feira de Santana, Bahia entre 2001 e 2008 e a relação desta com a pobreza das crianças que acessam a referida etapa da educação básica. Buscamos analisar a política de educação infantil visando identificar como ela é anunciada, materializada e a partir de quais demandas. Assim, adotamos como metodologia a análise de conteúdo de um corpus constituído por documentos como notícias de jornal, materiais produzidos no âmbito da Secretaria de Educação de Feira de Santana e legislação educacional. Constatamos que as associações revelaram-se como principais agentes por demandas na educação infantil, desenvolvendo um duplo papel ao passo que simultaneamente demandam e ofertam a sua demanda.

Política educacional. Educação infantil. Feira de Santana.

Introdução

A infância e sua educação ganharam ao final do século XX, destaque social e político, seja nas discussões acadêmicas seja nos fóruns nacionais e internacionais de decisões políticas. A busca pela universalização do direito à educação infantil, capitaneada por lutas sociais dos movimentos feministas, políticos e populares, tem colocado em pauta a emergência dessa garantia e, ao mesmo tempo, obtido consideráveis êxitos. Nesse cenário, duas décadas em especial, marcaram os acontecimentos relacionados aos direitos das crianças: os decênios de 1980 e 1990.

No entanto, a educação infantil no Brasil tem seu marco inicial quase cem anos antes, quando em 1899 são criados o Instituto de Proteção à Infância no Rio de Janeiro e a primeira creche¹ para famílias de operários brasileiros que se tem notícia. No entanto iniciativas anteriores a esse período denotam algumas manifestações em relação às

¹ Creche para famílias de operários da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro.

instituições de educação para a infância. Em 1879 foi lançado o jornal carioca *A Mãe de Família*, dirigido às mães burguesas e elaborado por um médico especialista em doenças infantis, sendo a primeira publicação que faz referência à creche, segundo Kuhlmann Jr (1991). O primeiro artigo é redigido pelo médico responsável pelos Expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro² e apresenta a creche – que na Europa surge para atender às necessidades da mulher operária - como uma preocupação da Lei do Ventre Livre que trazia para as donas de casa o problema dos filhos de suas empregadas. “Aliás, a chamada creche popular foi criada - e até hoje mantém muito dessa característica – mais para atender às mães trabalhadoras domésticas do que às operárias industriais” (KUHLMANN Jr., 1991, p 19).

Nesse mesmo período expande-se o setor privado pré-escolar com a criação de algumas escolas destinadas aos filhos das elites, carioca e paulistana, dentro da perspectiva froebeliana³, num discurso no qual termo “pedagógico” funcionava como estratégia para atrair famílias abastadas e distinguir a oferta para os ricos das ofertas de creches e asilos, destinados aos pobres.

No início do século XX surgem as primeiras instituições assistencialistas do país. Vinculadas às indústrias que se expandiam, eram apresentadas como necessidade de regulamentação do trabalho feminino e ofereciam um serviço dentro de regras rígidas de higiene. A defesa da oferta do atendimento infantil por entidades assistencialistas estava no âmbito da dádiva de filantropos e não como direito do trabalhador. A creche não era apoiada por todos, pois trazia em sua conceituação a discussão sobre o papel da mãe, o direito à amamentação e o abandono ou não de menores. A expressão “mal necessário” surge nesse contexto por defensores dessa instituição (KUHLMANN Jr., 1991).

² Expostos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (segunda do país, sendo a primeira em Salvador) que abrigava crianças órfãs e que durante muitos anos foi a única instituição de assistência à infância no Brasil. As crianças eram colocadas em um cilindro, tendo ao meio uma divisória, fixada no muro ou janela da instituição no qual o expositor girava e a criança passava para o outro lado. A seguir ele tocava uma sineta avisando que acabara de abandonar o bebê, garantindo o seu anonimato (MARCÍLIO, 1997).

³ Friedrich Froebel, filósofo e educador alemão, fundador do jardim-de-infância, os *Kindergartens*, em 1840 que se disseminaram amplamente pelo mundo.

A controvérsia que envolveu o surgimento da creche no Brasil revela muito das contradições de nossa sociedade: conciliar o papel materno defendido socialmente com a necessidade de trabalho da mãe pobre, responsabilizando-a pela situação em que se encontra. Para Kuhlmann Jr (1991) as creches “não eram apenas um mal necessário, mas representavam os saberes, jurídico, médico e religioso no controle da política assistencial que se elaborava”, (KUHLMANN Jr. 1991, p. 20), sendo que cada um desses saberes elaborava as suas justificativas para a implantação de instituições de atendimento à infância.

Em 1940 é criado Departamento Nacional da Criança (DNCr), de orientação liberal higienista e subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, que tinha como objetivo unificar todas as ações voltadas para a pequena infância e as suas mães. Em 1967 o referido departamento propôs a implantação dos Centros de Recreação para atender a crianças de 2 a 6 anos, através do Plano de Assistência ao Pré-Escolar que, seguindo exigências do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) pouco se efetivou, mesmo sendo classificado como emergencial, que aparenta ter sido uma estratégia para cumprir requisitos concernentes a empréstimos internacionais. No entanto, esse documento serviu como referência para iniciativas governamentais posteriores, dentre as quais está a realização de ações de baixo custo para comunidades pobres (NUNES, 2002; KUHLMANN JR, 2000; ROSEMBERG, 1997).

O DNCr funda “o princípio da subsidiaridade que irá fomentar muitas das iniciativas que daí surgiram e que será a matriz sobre a qual se estabelecerá as parcerias entre o Estado e as iniciativas privadas na área de assistência” (NUNES, 2002, s.p.). Influenciado por organismos internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), introduziu no Brasil um modelo de pré-escola de massa cuja proposta era um modelo menos elaborada e de baixo custo.

O UNICEF, como qualquer organização, vem reformulando os princípios que orientam suas propostas e ações. Durante as décadas de 50 e 60 foram lançadas as bases conceituais que informaram o modelo de educação infantil propagado em diversos países, inclusive no Brasil. Dentre as diversas orientações do período (...) destaco três: a ênfase na participação da comunidade como estratégia para implantação da política social destinada à

infância pobre; a estratégia de atuar junto aos governos nacionais; sua entrada na área de educação (ROSEMBERG, 1997, p. 144).

Em 1942 o governo cria a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão federal de assistência social voltado para as famílias dos expedicionários, através do qual se executou diversos programas voltados à maternidade e à infância, amparados na parceria poder público/iniciativa privada. A LBA consolidou o processo de privatização da assistência à infância por meio do Projeto Casulo, em 1977, a primeira experiência de educação infantil de massa (NUNES, 2002; ROSEMBERG, 1997).

O referido projeto, amparado em bases teóricas da Doutrina da Segurança Nacional (DSN) e do Desenvolvimento de Comunidade (DC) e elaborado no contexto da Ditadura Militar, em que o “anticomunismo constituía o eixo ideológico básico das forças armadas brasileiras e latino-americanas” (ROSEMBERG, 1997, p. 141), tinha a pobreza como séria ameaça à segurança nacional e considerava que tal iniciativa era parte das estratégias do combate ao comunismo. Rosemberg (1997) argumenta que o projeto foi implantado em larga escala porque correspondia, em três aspectos, ao que era defendido pela DSN:

- a) O discurso da prevenção– eugênica; da ociosidade e mendicância; da ameaça da pobreza.
- b) Penetração do governo federal no território nacional como estratégia de visibilidade do investimento na criança como investimento na segurança nacional; e
- c) Pequenos investimentos orçamentários, privilegiamento da participação da comunidade no custeio para diminuir gastos (ROSEMBERG, 1997).

O projeto atendeu, em menos de quatro anos, a um milhão de crianças, para Rosemberg (1997) “à custa de uma estratégia bem brasileira: ampliar o número de crianças e reduzir o custeio federal” (ROSEMBERG, 1997, p. 150). Essa iniciativa inaugurou segundo Nunes (2002), “o sistema descentralizado de gestão e que abrirá o campo de trabalho junto a iniciativas populares, através do sistema de creches casulos” (NUNES, 2002, p. 3).

A primeira avaliação do projeto, de acordo com Rosemberg (1997), evidenciou os problemas de realização de um modelo que além de baixo custo, contava com recursos de uma comunidade pobre:

(...) falta de pessoal capacitado; pouco conhecimento da cultura das famílias atendidas a cujo nível educacional eram atribuídas dificuldades no desenvolvimento de atividades; inadequação do espaço físico e falta de água nos locais em que a creche era implantada; falta de verbas e de recursos humanos, materiais e equipamentos (ROSEMBERG, 1997, p. 150).

Tal modelo de baixo custo influenciou projetos futuros implantados pelo Ministério da Educação (MEC) e por outras instâncias e entes federados e, para Rosemberg (2003) caracteriza o primeiro período - final dos anos 1970 e final dos anos 1980 - da trajetória da educação infantil contemporânea marcado pelo modelo de baixo custo alinhado ao Unicef e à Unesco, e também pela superposição administrativa dos setores de educação, assistência, saúde e trabalho. Desse período herdamos, segundo a autora:

A organização de uma estrutura administrativa específica, no interior do Ministério da Educação com estatuto de coordenadoria (Coordenação de Educação Infantil/COEDI) vinculada à Secretaria de Ensino Fundamental; uma expansão espetacular das matrículas entre 1970 e 1988; a penetração dos chamados modelos “não-formais”, apoiados em recursos improvisados (espaço físico, material pedagógico, mão-de-obra); a criação de creches e pré-escolas comunitárias; sua municipalização; o recurso a educadores (as) leigos (as), isto é, com formação inferior ao curso normal ou secundário; a retenção de crianças tendo 7 anos e mais em programas de EI; a consolidação de três denominações/modalidades de EI – creches, pré-escolas e classes de alfabetização; o envolvimento dos novos movimentos sociais no campo da EI; a constituição de um embrião de expertise nacional (ROSEMBERG, 2003, p. 34).

O segundo período - meados dos anos 1980 a meados dos anos 1990 - fim da Ditadura Militar, caracterizou-se pela ampla movimentação de organizações sociais e políticas, como grupo de mulheres feministas e grupos de defesa da infância sendo que este último, a partir de intensa mobilização conseguiu garantir o reconhecimento da criança como sujeito de direitos na Constituição Federal de 1988.

Essa movimentação contou com a participação expressiva de intelectuais que militavam em defesa da infância e que geraram amplos debates com a participação do MEC e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), culminando na elaboração de políticas nacionais para educação infantil nas quais cuidar e o educar

se associavam e geraram o reconhecimento desta como primeira etapa da educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Para Rosemberg (2003) nesse período há a hegemonia da educação infantil em que creche e pré-escola não se diferenciam “pelo padrão de qualidade, pela formação dos educadores e pela responsabilidade administrativa” (ROSEMBERG, 2003, p.35). Apesar de a autora não referir-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente consideramos ser esta outra conquista fundamental no reconhecimento dos direitos das crianças.

O terceiro período, de acordo com Rosemberg (2003), culmina com a regulamentação da LDB em 1996, com 8 anos de distância em relação à Constituição Federal de 1988, tempo, segundo a autora, demasiado longo e marcado por transformações nas concepções de Estado e de políticas sociais. Esse período é caracterizado pela inserção do Banco Mundial (BM) entre as organizações multilaterais, modificando a lógica de direito universal para o direito focalizado nos mais pobres, recuperando o antigo modelo de massa a partir da concepção de desenvolvimento infantil (ROSEMBERG, 2003). Segundo Rosemberg (2003),

A educação infantil brasileira vive, então, momento complexo após a promulgação da LDB: de um lado, a busca de regulamentação dos serviços existentes sob a responsabilidade do setor da educação; de outro, a tentativa de reintrodução de antiga concepção de atendimento à criança pequena que reanima modelos assistencialistas já conhecidos da área (tais como creches filantrópicas, creches domiciliares etc. (ROSEMBERG, 2003, p.36).

Na sequência da trajetória da educação infantil, localizamos os contextos de discussão e criação os três principais documentos legais elaborados que dão centralidade à infância e à educação infantil, a saber: a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069/90) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). No entanto, tendo em vista os limites deste trabalho que ora apresentamos, não nos deteremos sobre os mesmos, apenas mencionando-os para registrar a sua importância.

Situando Feira de Santana para situarmos a política de educação infantil local

Feira de Santana, *locus* do presente trabalho, é segundo maior município da Bahia e que concentra também o segundo maior contingente populacional do estado, superado apenas pela capital Salvador, está localizada no agreste baiano.

Por sua importância no estado atraiu fluxos migratórios de pequena e média intensidade em busca de oportunidades de emprego, o que acarreta um aumento no contingente populacional de baixa renda. A situação geográfica, segundo Queiroz; Sá; Assis (2004), de eixo rodoviário facilita o processo migratório, que se mantém crescente. Esse fluxo migratório, segundo os autores, tem contribuído para além de outros fenômenos, “aumentar o contingente populacional de baixa renda” (QUEIROZ; SÁ; ASSIS, 2004, p.415). O município ocupa “uma posição privilegiada, pois além de ser considerado o maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do país, e o único município que, não sendo capital, detém um centro industrial de médio porte” (FREITAS, 2010, p. 7).

Em uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), “Educação da Primeira Infância” (2005), há um ranking dos municípios com maior e menor proporção de acesso à creche e à pré-escola. Feira de Santana aparece, no ranking nacional, em 1.051º lugar em frequência de crianças em creche pública (11,10%), e em 734º lugar com 76,97% frequentando a pré-escola pública. No entanto, na frequência à pré-escola privada está em 27º lugar com 41,47% das crianças.

Esses dados quando trazidos para a Bahia, posicionam Feira de Santana em 213º lugar de frequência à creche pública, com 3,62% de crianças nessas instituições e em 7º posição em creche privada com 7,81 % das crianças nestes espaços. No quesito frequência à pré-escola pública, encontra-se em 362º lugar com 33,70% das crianças matriculadas, na pré-escola privada ocupa uma posição de destaque em 3º lugar com 41,47% das crianças nestes estabelecimentos.

No entanto, algumas informações publicizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – SEI (2007), surpreendem-nos ao serem confrontadas com o ranking da FGV de 2005. Feira de Santana tem uma população maior que oito capitais brasileiras, possui o 4º maior PIB Municipal – com posição de entreposto comercial e entroncamento rodoviário que abriga um Distrito Industrial (Subaé), atrás apenas de

Salvador, capital; Camaçari que possui um pólo químico e automotivo; e São Francisco do Conde, que concentra refino de petróleo.

De acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2007, os municípios baianos onde houve maior geração de emprego com carteira assinada no setor foram: Salvador (com 11.896), Lauro de Freitas (5.222), Feira de Santana (2.672) e Mata de São João (1.503). O emprego com carteira assinada é, notadamente, o de maior estabilidade e com melhores rendimentos e garantias trabalhistas, portanto aquele que mais efeitos multiplicadores geram para o comércio e para a dinâmica municipal (BAHIA, 2007, p.3).

Como um município com essas características socioeconômicas encontra-se nessa posição nacional na oferta de educação infantil? Na busca pelo entendimento da situação, alguns dados educacionais tornam-se relevantes: entre 1996 e 2006 as matrículas na educação infantil - pré-escola - da rede municipal de Feira de Santana cresceram 709%, ao passo que a creche da rede municipal cresceu apenas 46,2%, segundo dados do MEC/INEP/SEC (2006). Essa realidade não é exclusiva de Feira de Santana, sabemos, é nacional:

Ao contrário do ensino fundamental, que é obrigatório e está quase universalizado no País, e cuja maior parte da cobertura é feita pelas escolas públicas, na educação infantil o rendimento das famílias é um fator determinante para o acesso ou não das crianças a um estabelecimento de ensino. A influência regional, neste caso, tem menor peso, pois em todas as regiões do País a frequência escolar aumenta conforme mais elevado é o rendimento familiar. Tal constatação leva a supor que a baixa frequência das crianças desta faixa de idade deve-se mais à falta de alternativas das famílias mais pobres do que propriamente a uma opção (IBGE, 2008, s.p.).

O Plano Municipal de Educação de Feira de Santana (PME) informa, com base nos dados do MEC/INEP de 2006 que a rede municipal oferta educação infantil em 154 instituições, sendo que destas, apenas 1,3% (02) são creches; 6,6% (10) são pré-escolas e **21,2% (32) são associações conveniadas**; 107, ou seja, 70,9% escolas de ensino fundamental ofertam também a educação infantil.

Já a rede estadual conta com 07 estabelecimentos de educação infantil, sendo 42,9% (03) creches; 28,6% (02) pré-escolas e 28,6% (02) escolas de ensino fundamental com classes de educação infantil. A rede privada possui 190 espaços de educação infantil. Destes, 3,7% (07) são creches, 12,6% (24) são pré-escolas e 83,7% (159) escolas de ensino fundamental que possuem turmas de educação infantil.

Diante desse cenário, analisamos a política de educação infantil que será brevemente descrita a seguir.

Educação infantil em Feira de Santana: o que informam os documentos

A análise realizada a partir de acesso a documentos produzidos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e no jornal local de maior circulação⁴ permitiu constatar que a educação infantil é demandada pelo terceiro setor, materializado nas associações de moradores ou religiosas.

Dentre as poucas matérias, do jornal analisado, que tratam da educação infantil, uma merece destaque: “Educação infantil ampliada” (FOLHA DO ESTADO, Feira de Santana, 24 abr. 2002, p. 3). Esta refere-se ao convênio da Prefeitura de Feira de Santana com associações de bairro e filantrópicas, num total de 30 que “sediam escolas na área de educação infantil”. Em oito anos de análise do referido jornal, a única referência à ampliação em educação infantil é vinculada às associações. A matéria afirma que todas as entidades beneficiadas oferecem um atendimento adequado na área de educação infantil, que são fiscalizadas e acompanhadas pela SEC. A fala do então secretário, é reveladora:

Como a demanda nesta área é muito grande, o município consegue através destes convênios atender a centenas de crianças na periferia da cidade; em algumas áreas que inclusive ainda não se dispõe de educação infantil (FOLHA DO ESTADO, Feira de Santana, 24 abr. 2002, p.3).

O “Relatório sobre as Associações do Município de Feira de Santana” (FEIRA DE SANTANA, 2001a) confirma que a rede municipal tinha, no período, sob sua responsabilidade “28 (vinte e oito) Associações e Entidades Sociais desempenhando papel de instituições de Educação Infantil, devido ao número restrito de pré-escolas públicas pertencentes à Rede Municipal” (FEIRA DE SANTANA, 2001a, s. p.).

Uma frase no relatório chama atenção, pois para a equipe a não construção de novas instituições de educação infantil “(...) **estimula** o aparecimento de associações” (FEIRA DE SANTANA, 2001a, s. p. grifo nosso). Pode-se dizer que a relação

⁴ O referido jornal, Folha do Estado, é o periódico de maior circulação local, além de constituir-se como o que maior número de exemplares encontra-se arquivado na Biblioteca Municipal de Feira de Santana.

estabelecida com as associações não é de todo satisfatória. A Divisão de Educação Infantil (DEI)⁵ constata a impossibilidade da Secretaria de Educação manter as 28 associações por não dispor de recursos:

na atual circunstância, a SEC, não dispõe de recursos para manter as 28 associações, em condições plenas, para oferecer às crianças de Creches e de Pré-Escolas, um espaço digno e favorável ao seu desenvolvimento, o que não justifica que estas, tornem-se **verdadeiros parasitas** e não invistam em suas instituições (FEIRA DE SANTANA, 2001a, s. p. grifo nosso).

A expressão “verdadeiros parasitas⁶”, oriunda da biologia, significa “que vive à custa alheia” e expressa a contradição que há na relação da secretaria com as associações do município. Este não amplia a oferta educação infantil e admite a necessidade destas instituições, no entanto, não reconhece o serviço prestado por elas, encarando-as como um mal necessário.

Há uma noção ainda dominante de que a educação infantil para crianças pobres trata-se de caridade, haja vista a manutenção das associações como ofertantes dessa etapa e, ainda, sem vinculação com o sistema municipal de ensino.

Elegemos algumas categorias para realizar a análise da educação infantil ofertada pelas associações, tais como: gestão da educação infantil; formação de professores, prática pedagógica e acesso, espaço físico e qualidade na educação e a partir destas, identificamos o cenário de gravidade que revela uma concepção de educação infantil assistencialista, segundo Kuhlmann Jr (2000) voltada pedagogicamente para a submissão.

O fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional. A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber (KUHLMANN JR, 2000, p. 54).

Nos relatórios analisados localizamos que as principais solicitações na gestão da educação infantil por parte das associações e outras entidades são: mobiliário adequado;

⁵ Setor da Secretaria de Educação responsável pela educação infantil municipal.

⁶ “Parasito s. m. Animal que se nutre do sangue do outro; vegetal que se nutre da seiva do outro; indivíduo acostumado a viver à custa alheia. ||adj. Que nasce ou cresce em outros corpos organizados; que vive à custa alheia. (Do gr.: parasitos, pelo lat.: parasitus)” (NASCENTES, s. d. p. 467)

professores habilitados; orientação para a prática; material pedagógico; e merenda escolar. Há algumas demandas inusitadas como “manutenção financeira para pagamento dos professores e funcionários para **atenuar os efeitos da inadimplência**” (FEIRA DE SANTANA, 2003, s.p. grifo nosso), explicitando tratar-se de uma instituição privada, que cobra taxa de R\$ 20,00 de cada criança. Há também pedidos de alteração de algumas cláusulas do convênio estabelecido a fim de incluir o pagamento de água, de energia e de aluguel.

No que diz respeito à prática pedagógica, entendemos que o cotidiano da educação infantil está diretamente vinculada à formação dos profissionais que ali atuam. Nos relatórios analisados, estarece-nos a quantidade de professores leigos que ainda atuam nas associações, revelando o desconhecimento que cerca a educação das crianças. Dentre os pontos identificados, destacamos a atuação de voluntários leigos da comunidade; alunas da 8ª série, menores de idade (16 anos) cuidando das crianças, na creche e denominadas como “babás”; o não recebimento de salários, mas apenas de uma gratificação; e aluna do 3º ano de magistério contratada “oficiosamente” pela presidente da associação como coordenadora da escola, embora nunca tenha recebido pagamento.

Entendendo o espaço físico da escola como construção social e, portanto, distante da neutralidade, pensamos que a sua organização revela concepções, impressões, modos de agir e formas de pensar a relação com o outro. O questionamento de Pinto (2007) traduz a nossa preocupação:

se ainda creditamos na escola como espaço da infância, como este tem se apresentado em nosso país? São esses espaços dignos de abrigar nossas crianças? São capazes de atender as necessidades infantis? (2007, p. 109)

Tomando esse questionamento como ponto de partida para a análise do espaço das associações que ofertam educação infantil em Feira de Santana, temos em relação ao espaço físico:

- Local sem energia elétrica na qual a claridade se dá com a abertura das janelas, o que não é possível em dias de chuva.
- Saleta transformada em depósito, funcionando no fundo da SUCAM.
- Local de difícil acesso, isolado, sem vizinhança.

- Instalações físicas insatisfatórias com salas muito pequenas, sem ventilação e iluminação.
- Pinturas das paredes em tons fortes de rosa e azul.
- Apenas uma sala com banheiro acoplado, sem janelas, nem basculantes para ventilação e iluminação existe apenas pela porta de entrada.
- Sem cozinha nem espaço para armazenar merenda.
- Quarto de repouso úmido; repouso das crianças realizado sobre um tapete sem forro.
- Instalações sanitárias de péssima qualidade com os banheiros inadequados para o banho das crianças sem os mínimos cuidados higiênicos; banheiros sem condições de uso, sem água, sem portas e com alguns buracos nas paredes; ambiente mal cheiroso.
- Mobiliário inadequado e grande para as crianças ; salão contendo mobiliário inadequado.

A partir das informações do relatório (2001a), podemos depreender que a educação infantil em Feira de Santana tem sido ofertada de forma ampla e prioritária pelas iniciativas não-governamentais. Reconhecer a importância dessas iniciativas, na ausência de um papel governamental, não obsta a necessária reflexão sobre o significado dessa ausência na vida das camadas mais pobres da população, restando a elas o atendimento pela via do paternalismo ou do clientelismo das associações. Percebe-se uma oferta realizada sem controle social, transparência e acompanhamento

O que ocorre é um arrefecimento da oferta da educação infantil pública em proveito de uma educação sem qualidade, escola pobre para pobre, marcada pela ausência: barateadas, sem proposta pedagógica, sem espaços adequados de funcionamento, sem profissional com formação, sem recursos didático-pedagógicos: “a segmentação do atendimento da criança pobre em instituições estruturadas precariamente continua na agenda dos problemas da educação infantil brasileira” (KUHLMANN Jr., 2000, p. 7).

Considerações não-finais:

A conclusão a que se chegou ao longo do trabalho é a de que a política de educação infantil em Feira de Santana, na perspectiva do governo, pauta-se pelas ações sem planejamento não havendo um plano de educação infantil e evidenciando as associações comunitárias como o grande destaque nas demandas nessa área; no entanto, estas o fazem também sem qualquer planejamento, ficando a educação infantil pautada pelo sabor da cumplicidade entre os interesses de grupos. O que se apresenta é que manter a oferta de educação infantil vinculada às associações gera rendimentos políticos calculáveis, pois o direito a ela configura-se, nesse formato, em benesse e generosidade da(s) liderança(s) vinculada(s) a tais entidades.

O papel das associações na demanda e na oferta de educação infantil em Feira de Santana pede por estudos mais específicos sobre a situação desses setores organizados da sociedade. Até onde conseguimos alcançar, ficou evidenciado que há contradições no papel que essas instituições vem assumindo, posto que as mesmas nasceram das experiências de viver a desigualdade social sob as relações econômico-culturais dominantes, mas, aparentemente, se conformaram a elas. Desse modo, operam mais como agentes de legitimação do que de resistência e proposição de um projeto de classe que confronte a lógica dominante inclusive ao reivindicar a oferta de educação infantil de qualidade, tendo em vista a sua força política de representação de uma comunidade. Além disso, ao se colocarem como responsáveis diretos pela execução das atividades educativas, como indicam alguns documentos, essas entidades acabam por sombrear seu papel de tensionar pela oferta da educação pública estatal e se constituem em vetores de precarização da educação.

Acreditamos que a pobreza não será superada pela educação, nem por práticas compensatórias, focalizadas, ela diz respeito à estrutura da sociedade de classes, desigual, portanto, em essência. Assim, a educação infantil não implica em transformação da condição de pobreza na qual as crianças e suas famílias vivem, no entanto, não negamos a importância da educação como vetor de redução da desigualdade, haja vista os índices das famílias escolarizadas e o acesso à educação infantil alimentando o ciclo e ampliando a escolarização.

Retomando o título do trabalho, *Coisa de pobre*, constatamos que há, sim, uma forma pobremente construída de lidar com os sujeitos pobres e, mais especificamente, sujeitos infantis. O que se impõe é a necessidade de dar visibilidade as desiguais condições de vida da maioria da população do mundo e, dentre essas, as crianças, como sujeitos mais vulneráveis nessa cadeia desumana.

REFERÊNCIAS:

BAHIA. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos. **Boletim Técnico 2007**.

Disponível em:

<http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2007.pdf>. Último acesso em: 20 mar. 2012.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório sobre as associações do Município de Feira de Santana – Ba**. Feira de Santana, novembro/2001a.

FEIRA DE SANTANA. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Ensino – Divisão de Educação Infantil. **Relatório das ações desenvolvidas no ano de 2003**. Feira de Santana, 2003.

FOLHA DO ESTADO. **Educação infantil ampliada**. Jornal Folha do Estado, Feira de Santana, 24 abr. 2002.

FREITAS, N. B. Modernização Industrial e Desenvolvimento Territorial na Bahia: uma leitura da Microrregião Geográfica de Feira de Santana. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG-2010)**, 2010, Porto Alegre. XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG-2010), 2010.

IBGE, **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sintese_indicsociais2008/default.shtm. Último acesso em: 03 set. 2008.

KUHLMANN Jr. M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). Cadernos de Pesquisa, São Paulo (78) 17-26 agosto de 1991.

_____. Histórias da educação infantil Brasileira. In: **Revista Brasileira de Educação** nº 14. ANPED. São Paulo: Autores Associados, 2000.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa**, Academia Brasileira de Letras, s.d.

NUNES, D. Sistemas Municipais de Ensino e Educação Infantil. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm>. Último acesso em: 17 nov. 2012.

PINTO, M. R. B. Tempo e espaços escolares: o desconfinamento da infância. In: QUINTEIRO, J.; CARVALHO, D. C. (Orgs.). **Participar, brincar e aprender: exercitando os direitos da criança na escola**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2007.

QUEIROZ, C. M. B.; SÁ, E. N. C.; ASSIS, M. M. A. **Qualidade de vida e políticas públicas em Feira de Santana**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20395.pdf>. Último acesso em: 26 set. 2008.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M.C. **História Social da Infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 137-157.

_____. **Panorama da Educação Infantil brasileira contemporânea**. Anais Simpósio Educação Infantil 2002 / Brasília: UNESCO Brasil, 2003.